

Sumário

Nota da Autora	9
Prefácio	11
Epígrafe	13
I. Introdução	15
I.1 Apresentação e delimitação do tema	15
I.2 Relevância do tema	17
I.3 Plano da obra	19
II. Análise das <i>Golden Shares</i> : Origem e Desenvolvimento	21
II.1 Pressupostos da análise. Definição de <i>golden share</i>	21
II.2 As <i>golden shares</i> nos diversos ordenamentos jurídicos	24
II.2.1 Reino Unido	24
II.2.2 França	32
II.2.3 Itália	40
II.2.4 União Europeia	48
II.2.5 Brasil	62
II.3 Síntese comparativa	81
III. Impacto das <i>Golden Shares</i> no Direito Societário.	
Discussões sobre sua Licidade	83
III.1 Finalidade do capítulo	83
III.2 Argumentos pela ilicitude das <i>golden shares</i>	84
III.2.1 Violação de regras e princípios de direito societário	84
III.2.1.1 Proporcionalidade entre direitos e participação acionária	85
III.2.1.2 Impessoalidade da participação acionária	86
III.2.1.3 Igualdade entre os acionistas	87
III.2.1.4 Deliberação por maioria	87
III.2.1.5 Livre circulação de títulos acionários	90
III.2.1.6 Tipicidade das espécies e classes de ações	91
III.2.2 Descaracterização do tipo “sociedade anônima”	91
III.2.3 Incompatibilidade com o funcionamento eficiente do mercado de valores mobiliários	94
III.2.4 Subordinação do interesse social a interesses estranhos à companhia	96
III.3 Necessidade de crítica aos argumentos contrários às <i>golden shares</i>	97

IV. As <i>Golden Shares</i> e os Princípios e Regras de Direito Societário. A Questão da Tipicidade das Sociedades Anônimas	98
IV.1 Contraponto à alegada descaracterização do tipo “sociedade anônima”	98
IV.2 Autonomia privada	99
IV.3 Tipicidade no direito privado. Sentido e funções do tipo	105
IV.3.1 Tipicidade em direito societário	107
IV.3.2 Tipo “sociedade anônima”	111
IV.4 Relação entre <i>golden share</i> e núcleo do tipo “sociedade anônima”	116
IV.5 Relação entre <i>golden share</i> e outros princípios e regras de direito societário, que não integram o tipo “sociedade anônima”	125
IV.5.1 Proporcionalidade entre direitos e participação acionária	126
IV.5.2 Igualdade entre os acionistas	131
IV.5.3 Deliberação por maioria	135
IV.6 Conclusões parciais	138
V. As <i>Golden Shares</i> no Sistema da Lei Acionária Brasileira	139
V.1 O problema da tipicidade das espécies e classes de ações	139
V.2 A reforma da lei acionária promovida pela Lei n.º 10.303/01. A inclusão do parágrafo 7º ao artigo 17 da Lei n.º 6.404/76	141
V.3 As espécies e classes de ações na lei acionária brasileira	144
V.3.1 As classes de ações ordinárias. Interpretação do artigo 16 da lei	145
V.3.2 Vantagens políticas das ações preferenciais. Interpretação do artigo 18 da lei	147
V.3.2.1 Direito de eleger administradores, em votação em separado	150
V.3.2.2 Aprovação de alterações estatutárias, em assembleia especial	154
V.3.3 A <i>golden share</i> como classe de ação, ordinária ou preferencial	155
V.4 Possíveis caracterizações das <i>golden shares</i> no direito brasileiro	156
V.4.1 Função desempenhada pela <i>golden share</i> , contexto em que pode ser adotada e interesse tutelado	156

V.4.2 Sede da disciplina que a institui	158
V.4.3 Espécie da ação que a representa e poderes conferidos pelo título	159
VI. Limites e Consequências da adoção das <i>golden shares</i>	
por companhias brasileiras	165
VI.1 Etapa complementar da investigação	165
VI.2 As <i>golden shares</i> e o controle acionário. O problema da identificação do acionista controlador	165
VI.3 <i>Golden share</i> como instrumento para concretizar a função social da empresa.....	172
VI.4 Limite para exercício dos poderes inerentes à <i>golden share</i> : interesse social	174
VI.5 O problema do direito de recesso, na previsão estatutária da <i>golden share</i> e no exercício dos poderes a ela inerentes	177
VI.6 Impacto das <i>golden shares</i> no mercado de valores mobiliários brasileiro	183
VII. Conclusão	185
VIII. Apêndice: Referências à Legislação Estrangeira	187
VIII.1 França	187
VIII.2 Itália	193
VIII.3 União Europeia	209
IX. Bibliografia	210